

## NOVOS OLHARES SOBRE O TEXTO HÍBRIDO DA MÍDIA IMPRESSA

Welisson MARQUES<sup>1</sup>

PPGEL – Universidade Federal de Uberlândia  
[welissonmarques@yahoo.com.br](mailto:welissonmarques@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este trabalho pretende discutir a problemática de como as contribuições advindas da Semiologia histórica, cuja noção foi cunhada por J.-J. Courtine na década de 1980 na França, possibilita ampliar a dimensão do não-verbal, especialmente se se considerar que o discurso sobre política veiculado na mídia explora constantemente o rosto e corpo do *homo politicus*. De tal sorte, muito além dos signos semiológicos, os sinais e indícios dessas materialidades corroboram os processos de significação desses discursos. Assim, no jogo ideológico e conflitante entre os sujeitos do discurso, em especial quando se tem o discurso político em pauta, acreditamos ser necessário trabalhar tais questões, mesmo em sala-de-aula, com vias a realmente formarmos aprendizes críticos e capazes de interpretar as eternas relações de poder inerentes a qualquer prática discursiva. Portanto, traremos para análise um artigo publicado pela revista *Veja* no período eleitoral para o pleito presidencial em 2010 e, nesse ínterim, observaremos como tais questões teórico-metodológicas, se exploradas, alteram os sentidos das análises. Enfim, uma análise pautada em uma abordagem discursiva, ou melhor, em uma perspectiva semiológica histórica, possibilita uma amplitude e concomitante mudança do olhar leitor sobre esses textos híbridos, rompendo com a prática de análise puramente verbal. Além disso, tais questões podem/devem ser exploradas como ponto de partida para exercícios de interpretação, em especial na produção oral e escrita sobre esses mesmos discursos.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; discurso midiático; Semiologia; semiologia histórica.

### Preâmbulo

Este artigo se apresenta sob duas bases metodológicas: a primeira, de cunho epistemológico-reflexivo, propõe discutir *a priori* sobre as possíveis contribuições que a semiologia histórica pode trazer para o interior da análise do discurso de linha francesa, mais especificamente como as reflexões de Jean-Jacques Courtine se agregam à teoria do discurso e servem de sustentáculo teórico para se analisar elementos de natureza semiológica constitutivos do discurso midiático impresso contemporâneo, quer seja a mobilização de imagens, cores e leiaute, particularmente no discurso eleitoral para a disputa presidencial em nosso país em 2010. Na segunda parte, de cunho analítico, vislumbraremos os efeitos de sentido produzidos por esses discursos nas relações do sujeito-enunciador com os seus referentes, isto é, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) e, nesse exercício, como os elementos semiológicos supracitados corroboram os processos de significação desses discursos. A análise aqui empreendida faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo vinculado à nossa proposta de tese de doutoramento cujo *corpus* abarca artigos de opinião de quatro veículos midiáticos de grande

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos; Uberlândia; Minas Gerais; Brasil; 38408-144; [welissonmarques@yahoo.com.br](mailto:welissonmarques@yahoo.com.br)

circulação no país<sup>2</sup>, sendo que, nesse artigo, analisaremos apenas uma reportagem publicada por um desses canais informativos.

A necessidade de buscar conceitos que deem sustentação às análises de discursos híbridos contemporâneos se justifica pelo fato de que na fundação da AD a materialidade sob análise era predominantemente verbal, ou seja, dos textos escritos, bem como se restringia aos discursos políticos de então. Obviamente, a AD tem tido sua base epistemológica revolvida em virtude das novas materialidades que se lhe apresentam e reclamam novos procedimentos que consigam abarcar a dimensão tríplice de seu objeto: sua constituição, formulação e circulação.

Nesse sentido, se por um lado há grupos de pesquisa que avançam a despeito de manterem um cuidado teórico para não se afastarem do núcleo “duro” da disciplina, e nem mesmo de se distanciarem do viés político e de contestação que a AD carrega, por outro lado parece existir ainda certo estrabismo diante dos novos objetos significantes, o qual resulta em uma estagnação analítica<sup>3</sup>. A este respeito, é válido lembrar que o próprio Pêcheux recorreu a determinados campos, em especial ao sociológico e antropológico em virtude de seu objeto reclamar um procedimento que pudesse expor aquilo que não era evidente, nem tampouco transparente, mas constitutivo do discurso, isto é, a ideologia. Além disso, a constituição de um campo teórico não se desvincula do sistema de ideologias próprio de uma época histórica dada. De tal modo, trazemos ainda um legado histórico-cultural oriundo de nosso contexto de colonização e que perpetua por séculos em nosso país refletindo-se na prática teórica de hoje. Ou seja, mesmo percebendo quão profícuos são os trabalhos mais recentes nessa disciplina no Brasil, será que ainda é tempo de buscar “algo novo” alhures, mesmo conhecendo, por exemplo, como andam os trabalhos em AD do outro lado do continente<sup>4</sup>? Em outros termos, será que essa análise de discurso que é *praticada* em solo brasileiro com formas e aparatos de interpretação próprios ainda merece portar o sintagma “de vertente francesa”?

Sem querer se engolfar na questão, é salutar realçar que as mudanças nos regimes de produção dos enunciados demandam novos artefatos teóricos. Se as novas tecnologias incidem diretamente sobre essas materialidades, é tempo de observar as relações do discurso com seu suporte, isto é, a questão da circulação dos enunciados, sem desprezar, certamente, o que já esteve sob o enfoque central da disciplina em fases anteriores, quer seja a constituição interdiscursiva e a formulação intradiscursiva.

Nesse sentido, e em especial no que concerne ao discurso midiático impresso, em tempos de fluidez imagética não se deve cair no extremo de desprezar o não-verbal em detrimento do verbal. Apesar das imagens e substâncias exercerem um papel fundamental no discurso midiático – Courtine, por exemplo, pontua que as imagens recebem mais importância do que a página impressa (COURTINE, 2006, p. 84) –, é essencial que o analista observe essas substâncias com um olhar sobre a materialidade de um modo mais amplo, isto é, a análise dessas substâncias deve ser efetuada em relação aos outros enunciados que compõem o artigo (ou seja, as substâncias não podem ser separadas do artigo do qual fazem parte). Isso é relevante, pois percebemos em outra pesquisa de nossa autoria, também sobre o discurso midiático impresso, que o visual e o verbal se agregam na produção de sentidos específicos. Essas diferentes linguagens se imbricam e não apenas se “complementam”, mas “dependem” umas das outras, são solidárias, apontando ou restringindo sentidos específicos.

<sup>2</sup> O *corpus* será composto por artigos de opinião publicados pelas revistas *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Caros Amigos*.

<sup>3</sup> Isso se dá em parte, por exemplo, por linguistas franceses que tendem a permanecer em uma perspectiva de análise sintática e lexicométrica.

<sup>4</sup> A Análise do Discurso tal qual é praticada hoje na França se distancia muito da proposta pecheutiana. Nesse sentido, diversos trabalhos já trataram a questão, entre os quais destacamos Courtine (2006) e Maingueneau (2002).

Se o exercício de análise de discurso pretende caminhar na perspectiva pecheutiana, cuja prática de leitura no dizer de Orlandi “visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (ORLANDI, [1999] 2009, p. 26), é salutar destacar que nesse regime de materialidade faz-se necessário a construção (e discussão) de um arcabouço teórico que não desconsidere a fusão do texto verbal, das imagens, formas e substâncias em que os mesmos se investem.

## Discurso e Semiologia

Como assinalamos anteriormente se um dos objetivos de nossa pesquisa (a que este artigo pertence) é observar, além dos textos verbais, o funcionamento do discurso híbrido na mídia em uma perspectiva histórica, partiremos da proposta pecheutiana de análise em que língua, sujeito e história se fundem. A despeito de sua teoria dar abertura para a análise desses complexos materiais significantes, sua morte precoce em 1983 impediu, ao nosso entender, o avanço de seu trabalho em direção a reflexões que estreitariam as relações do discurso com seu suporte midiático. Nesse sentido, encontra-se muito pouca referência sobre análise imagética em suas obras, fato que, não somente por razões teóricas, mas também históricas exige o diálogo com outras propostas que consigam dar sustentáculo a essas materialidades. Aliás, Pêcheux toca a questão em *Papel da Memória*. Neste realiza um breve, mas elucidativo percurso sobre a noção da memória em AD e contempla, de modo indireto, a problemática da imagem.

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés. Não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições. (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 55)

Elucida-se nesse fragmento, do mesmo modo como se dá no verbal, sobre a não transparência da linguagem, já no campo da imagem, e que no gesto de interpretação do analista precisa recorrer a elementos produzidos outrora e alhures. Inclusive, nesse texto, Michel Pêcheux nos convida a ler a obra de Barthes. Nesse sentido, declara que o mesmo não era “nem linguista, nem semiólogo, nem analista de discurso”, mas “antes de tudo, o esforço *contraditório* de gestos que tentamos hoje reencontrar” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 56, grifo nosso). Comentando essa passagem, Gregolin sugere que o uso do termo “contraditório” por Pêcheux pode se referir à tentativa de transferência, por parte de Barthes, de compreender os sistemas não-verbais a partir de uma teoria que foi originalmente formulada para o signo linguístico (2011, p. 101). E acrescenta:

A grande provocação dessa incitação pecheutiana para que pensemos na semiologia no interior da Análise do Discurso é o fato de que ele nos obriga a formular questões para nossa atualidade. Assim, não se trata apenas de reler e aplicar Barthes (ou qualquer outra proposta semiológica) na análise de discursos. Trata-se, antes de tudo, de elaborar questões pertinentes para o que acontece hoje, para os funcionamentos contemporâneos das discursividades. (ibidem, p. 102)

Portanto, desde aquela época, Pêcheux já considerava a problemática das complexas relações constitutivas de seu objeto. Ainda sim, retomando a necessidade de se voltar para novos procedimentos também afirma, já em *o estranho espelho da análise do discurso*, prefácio da tese de Courtine que “o paradoxo da AD encontra-se na prática indissociável da

reflexão crítica que ela exerce sobre si mesma sob a pressão de duas determinações maiores: de um lado, a evolução problemática das teorias linguísticas; e de outro, as transformações no campo político-histórico” (PÊCHEUX, [1981] 2009, p. 21). Nesse momento de retificações, Pêcheux percebe que o ponto crítico da AD está na relação conflituosa entre a língua/linguagem (materialidade) e o político-histórico. Em outros termos, o que se elucida é que se há transformação social, mais especificamente no campo político, há necessidade de avanços teóricos; são, portanto, práticas indissociáveis. Em vista disso, não negou, em momento algum, a possibilidade de diálogos, de revolvimentos epistemológicos na disciplina. É a partir dessas duas perspectivas: tanto *interior* ao campo (quadro teórico proposto), quanto *exterior* (novos regimes de discursividade) que os diálogos com Foucault e Courtine se revelam, ao nosso entender, prolíficos para o desenvolvimento da teoria.

Acreditamos que as reflexões de Foucault contribuem para o desenvolvimento epistemológico da AD por no mínimo três razões. A despeito de seu olhar se voltar para a produção de conhecimentos de um modo amplo e de como os sentidos se deslocam na história, o método arqueológico, paradoxalmente, busca no dizer de Gregolin, “apanhar o sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento” (2004, p. 86). Assim, faz parte do método a análise da eventualidade discursiva e de como e em quais condições histórico-sociais a mesma se dá. O enunciado é um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar totalmente e sua noção é pensada em uma perspectiva que muito se aproxima do que Courtine cunhou posteriormente de “semiologia histórica” (Foucault não utiliza esse termo). Importa, pois, ao analista observar as relações do enunciado (como um acontecimento discursivo) com outros enunciados em dispersão, e mesmo em ordens e domínios diferentes e divergentes. Se em 1969, Pêcheux propõe, a partir de uma via estruturalista, uma análise automática de discursos homogênea e completamente fechada, no mesmo ano Foucault, em outra direção, via nova história, pensa o enunciado ao mesmo tempo singular (em seu momento de irrupção) quanto pertencente a uma rede, a um “todo” histórico do qual não pode se desvencilhar.

Portanto, em termos cronológicos, Foucault é o primeiro a articular uma proposta de análise de discurso de base verdadeiramente histórica cuja materialidade da linguagem (o enunciado) rompe com uma perspectiva exclusivamente linguística. Além disso, um dos objetivos de Pêcheux era oferecer às ciências sociais um dispositivo não ideológico para análise do discurso<sup>5</sup>. Uma proposta que não se sustenta, pois demonstra posteriormente a não-neutralidade, sua não-transparência, e como o mesmo é ideológico; Para ele, as palavras não são reflexo de uma evidência, de uma transparência, mas sim de um jogo de relações (simbólico) estabelecido na enunciação.

Em uma visada foucaultiana o analista parte da singularidade do acontecimento para, a partir daí, compreender a produção discursiva que orbita em torno desse mesmo acontecimento e como se estabelece sua relação com outros discursos (dispersos, aparentemente desconexos, singulares). É nesse exercício que se busca deslindá-lo (apesar de nunca alcançá-lo em sua completude), caudatário (o discurso) da complexa trama histórica que o precede e o enrola, e moldado pelas vontades de verdade e exercício de poder amiúde opacos e fugazes.

Além do método proposto por Foucault contemplar o acontecimento em sua singularidade ou “estreiteza”, também o toma de uma rede mais ampla e extensa da qual está absorto. Nesse sentido, demonstra como determinados conceitos advindos de diferentes campos se alteram em diferentes épocas. Por exemplo, no campo médico-psiquiátrico

---

<sup>5</sup> Quando mobilizarmos o sintagma “Análise **do** discurso” é porque o foco central de Pêcheux era a análise **do** discurso político especificamente. Por outro lado, ao utilizarmos “Análise **de** Discurso(s)”, referimo-nos à proposta de análise que inclui outros tipos de discurso (discurso científico, discurso midiático, discurso publicitário, etc.)

demonstra não ser tão evidente assim que os *loucos* fossem reconhecidos como doentes mentais no século XVII. Em uma palavra: a própria definição de *louco* já é uma produção discursiva, pois seus sentidos se vinculam aos dispositivos históricos e sociais (instituições, leis, paradigmas, etc.) de uma determinada época. No mesmo sentido, os significados do significante *doença* são alterados em virtude da movimentação histórica, nesse caso pelas transformações sociais, pelas formas de observação médica, pelas mudanças do discurso patológico bem como pelas análises clínicas que se alteram de um século para o outro (cf. VEYNE, 2009, p. 32).

Feitas essas observações, compreendemos, na esteira de Foucault, que não é possível pensar qualquer coisa em qualquer momento: “Tudo o que julgamos saber está limitado sem que o saibamos. Não lhe vemos os limites e ignoramos até que existam” (VEYNE, 2009, p. 32), uma vez que “só pensamos dentro das fronteiras do discurso no momento” (ibidem).

Uma segunda razão pela qual as reflexões de Foucault são, ao nosso entender, essenciais para a AD se refere ao fato de Foucault fundamentar o método “arqueogenealógico”, isto é, demonstrar que as relações de poder são imanentes a toda e qualquer prática discursiva. É por meio dos discursos que os sujeitos se utilizam de determinadas técnicas para se beneficiarem, e granjearem o poder. Aliás, tais relações se evidenciam nas relações “mínimas”, nos “detalhes” ou “contornos” dos discursos de maneira que, por extensão, podemos compreender que a mobilização de determinada cor, o retoque em uma imagem, ou o tamanho de uma fonte não se dão ao acaso, mas animam o trabalho do analista, permitindo-lhe contemplar, juntamente com a análise do verbal, as relações conflituosas estabelecidas entre os sujeitos.

Isto posto, o método de análise de discurso em Foucault implica um afastamento da noção de ideologia marxista e althusseriana (vale ressaltar que quando utilizarmos o termo “ideologia” mais adiante, referir-nos-emos às relações de embate entre sujeitos). Em sua tese Althusser define ideologia como a “relação imaginária” convertida em práticas entre a burguesia e o proletariado de sorte que a classe operária apenas reproduz as relações de produção vigentes. Os indivíduos devem se resignar a esse sistema dominante e totalitário. Assim, a ideologia se estabelece nessas relações em que há “núcleos” de confrontação ou, no dizer althusseriano, dos aparelhos ideológicos e repressores contra os cidadãos. É nessa perspectiva althusseriana que Pêcheux se inscreve em sua luta teórica e política.

Sob o prisma de Foucault, entretanto, além da ideologia se contrapor a algo que seria verdadeiro ou “certo”, destaca que a mesma estaria em posição secundária com relação a alguma coisa que deveria funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica e/ou material (FOUCAULT [1979] 2007, p. 7). Em vista disso, o poder é constitutivo de *qualquer* discurso e o que existe, portanto, são sujeitos em conflito (social, cultural, étnico, político, religioso, etc.) que demarcam suas posições em seus discursos: “Se o poder é na realidade um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder” (ibidem, p. 248). De tal sorte, compete ao analista observar as relações estabelecidas e técnicas utilizadas pelo sujeito em seus discursos.

Enfim, além da importância da história e das relações de poder acima elencadas, a terceira razão pela qual creditamos a Foucault distinta relevância para aportá-lo no campo da AD se refere ao fato do filósofo não atribuir hierarquias e nem mesmo sistematizar a forma de materialização/manifestação do discurso. O enunciado, como átomo do discurso, pode assumir inúmeras formas e materializar-se sob linguagens diversas. Suas análises não priorizam o linguístico, ao contrário contemplam discursos de natureza semiológica distintas

em suas obras<sup>6</sup>. Portanto, é salutar destacar para aqueles que não o consideram analista de discurso que ele não deixou de realizá-la em seus trabalhos.

### Da proposta semiológica de Barthes à Semiologia Histórica em Courtine

Quando Saussure discorreu sobre Semiologia no Curso de Linguística Geral, afirmou que esta seria uma ciência que viria a estudar os signos no seio da vida social (SAUSSURE, [1916] 1971). A Linguística, como uma de suas ramificações, trataria especificamente dos signos da linguagem verbal humana. Os signos pertencentes a outras linguagens pertenceriam a esse campo que ainda necessitava ser delineado. A despeito de seu nome ser com frequência associado a *Elementos de Semiologia*, lançado em 1964, Barthes, antes mesmo desse trabalho, já havia publicado outras obras, dentre as quais *Michelet* (1954) e *Mythologies* (1957). Além disso, aparecem dois artigos de sua autoria na revista *Communications* em 1961 e 1964 sobre mensagem fotográfica e retórica das imagens respectivamente.

Em *Eléments*, Barthes propõe que o estudo das relações semiológicas deve partir do princípio dicotômico saussuriano para quem a língua é um sistema coletivo e autônomo: “postularemos, pois, que existe uma categoria geral *Língua/Fala*, extensiva a todos os sistemas de significação; na falta de algo melhor, conservaremos os termos *Língua* e *Fala*, mesmo se não se aplicarem a comunicações cuja substância não seja verbal” (BARTHES, [1964] 2006, p. 28). Os significados dos sistemas semiológicos não existem fora da linguagem, isto é, qualquer sistema semiológico (vestuário, mobiliário, culinária, mídia, etc.) repassa-se da linguagem para assumir dada significação sendo que a função da semiologia é descrever como se dá o funcionamento desses sistemas, suas formas e funções no imaginário coletivo. Do mesmo modo como os valores dos signos se dão em suas relações e oposições no interior do sistema linguístico, de modo correlato, os valores dos objetos, imagens ou comportamentos pertencentes aos diversos sistemas semiológicos se estabelecem nas relações e diferenças que uns têm com os demais no interior do sistema específico do qual fazem parte. Nesse sentido, Barthes toma a língua do vestuário para ilustrar a questão: seus valores se dão pelas relações e oposições entre as peças, encaixes ou “pormenores”; sendo que “qualquer variação acarretará uma mudança do sentido – não [podendo assumir] o mesmo sentido usar uma boina ou um chapéu-côco” (ibidem, p. 29). Todos os outros sistemas semiológicos seguirão o mesmo princípio, sendo esse o cerne da propositura barthesiana: partir do sistema linguístico para definir os parâmetros dos demais sistemas semiológicos.

Nesse ínterim, as relações são inevitáveis: se a *langue* é uma convenção social, a língua semiológica o é também, *id est*, é produto de um grupo de decisão e, em relação à sua aceitação pela massa coletiva, não pode ser alterada por um indivíduo isoladamente. Como resultado, o signo semiológico, tal como o linguístico, é arbitrário. No entanto, há certa primazia do sistema linguístico em relação aos demais, pois enquanto o sistema da língua é autônomo e puro, o semiológico não é autônomo e depende da língua para que os sentidos (de seus objetos) sejam denominados. Ademais, ao passo que Saussure propõe a dicotomia língua/fala, Barthes postula a tricotomia língua/uso/matéria. Em suma, as línguas semiológicas se desenvolvem em três planos, sendo que o principal avanço, acreditamos, seja a extensão do conceito de “fala” para o de “uso”, e a inclusão da materialidade na linguagem semiológica.

Todavia, pelo fato dessa proposta estar fortemente arraigada ao estruturalismo saussuriano, os procedimentos adotados pela Semiologia podem não conseguir resolver determinados problemas de significação, como é o caso do sistema midiático que conjuga

<sup>6</sup> Nesse sentido, há a análise da tela *As Meninas* de Diego Velázquez em *As palavras e as coisas* ([1972] 1999), e das telas de René Magritte em *Isto não é um cachimbo* ([1973] 1989).

diferentes linguagens. Nessa via, discorrendo sobre as comunicações de massa cujos enunciados envolvem diferentes substâncias, o próprio Barthes declara:

É prematuro, pois, fixar para esses sistemas, a classe dos fatos da língua e a dos fatos da fala, enquanto, por um lado, não se decidir se a “língua” de cada um desses sistemas complexos é original ou somente composta de “línguas” subsidiárias que deles participam, e, por outro lado, enquanto essas línguas subsidiárias não forem analisadas (conhecemos a ‘língua’ linguística, mas ignoramos a “língua” das imagens ou a da música). (BARTHES, [1964] 2006, p. 32)

Em relação à imprensa, afirma que mesmo que se a reduza a seus elementos escritos, outros resíduos tidos como “sistemas complexos”, como é o caso da conotação, demandam métodos de observação distintos (BARTHES, [1964] 2006, p. 32). Portanto, na formulação de seus *elementos [de Semiologia]*, Barthes já prevê certas limitações instauradas por sua filiação ao método estrutural.

Não obstante essas limitações, aqui assim facilmente explicitadas em virtude de nosso lugar teórico, essas discussões sobre a semiologia da comunicação já são um avanço se se observar o contexto epistemológico (estruturalista) e sociohistorico da década de 1960 na França (anterior ao *boom* das *mass media* e conseqüente revolução das imagens). Ademais, se por um lado o fato de Barthes conceber a imagem nos mesmos moldes do signo linguístico ter lhe rendido críticas – o saber semiológico é, em suas palavras, “uma cópia do saber linguístico” (ibidem, p. 13) –, por outro suas discussões não se esgotam em *Elementos de Semiologia*. Em sua *Aula* inaugural da cadeira de semiologia literária no *Collège de France*, realizada mais de uma década após a publicação de *Elementos*, suas reflexões se mostram, ao nosso entender, mais sazoadas, seja pelo fato do semiólogo se distanciar de uma abordagem meramente taxionômica e espelhada em outrem (nos estruturalistas), seja por se voltar para uma perspectiva mais histórica em uma abordagem que se revela mais pessoal. Em *A Câmara Clara*, por exemplo, último trabalho publicado antes de sua morte em 1980, estabelece uma reflexão sobre o processo ótico de reprodução da imagem e enfoca seu detalhe, seu traço fundamental. Nesse exercício, elucida que há, na sintaxe da imagem, o “destaque” que toca o olhar daquele que a enxerga; é o *punctum*. E o define: “essa palavra me serviria em especial na medida em que remete também à ideia de pontuação e em que as fotos de que falo, como que pontuadas, às vezes até mesmo mosqueadas, com esses pontos sensíveis; essas marcas, essas feridas [que] são precisamente pontos” (BARTHES, [1980] 1984, p. 46). O *punctum* funciona como o detalhe que incita e possui uma “força de expansão” (ibidem, p. 73) no âmbito da fotografia; em outras palavras, como afirma Barthes, é “pela marca de *alguma coisa*, [que] a foto não é mais *qualquer*” (ibidem, p. 77, grifos do autor).

É relevante destacar também a aproximação de Barthes da perspectiva discursiva. À guisa de ilustração, em uma análise de uma fotografia da rainha Vitória de 1863, elucida que seu auxiliar escocês usando uma *kilt* funciona como *punctum*, sendo que o personagem vitoriano, por meio desse exercício de observação, “sai da fotografia<sup>7</sup>” (p. 88). Discorrendo sobre outra imagem, realiza a seguinte assertiva: “a partir do momento em que há *punctum*, cria-se um campo cego e por causa de seu colar, a negra endomingada teve, para mim, *toda uma vida exterior a seu retrato*”, (ibidem, p. 86, grifo nosso). Nessa análise, evidencia-se, pois, sua ligação com a exterioridade. Em outra passagem, ainda sobre esse conceito, postula que o “detalhe” é uma espécie de “extracampo sutil”, “como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver” (ibidem, p. 89). O leitor é convidado, em virtude da incompletude da imagem, e em um exercício simbólico, a buscar na exterioridade materiais para interpretá-la. Assim, percebemos o distanciamento de Barthes da perspectiva estrutural e

---

<sup>7</sup> Ou seja, remete sua pessoa à exterioridade, às relações entre ele e a Rainha.

uma aproximação rumo ao campo da historicidade, conceito fundamental para o quadro teórico da AD.

Barthes ([1962] 1990) apresenta outros dispositivos da imagem, dentre os quais a *pose* cuja apresentação sempre remete a conceitos construídos culturalmente. Para o autor, mesmo que a pose não seja consentida, ela se inserirá em um repertório de poses historicamente significativas. O *ar*, a seu turno, é dado a ver graciosamente e exprime o sujeito que é trago para o rosto<sup>8</sup>. Reflete algo da vida e pode ser eternizado por meio de certas fotografias, embora possa ocorrer de não refletir o “real”. Em outras palavras, o *ar* que se transmite pode ser enganoso, não ser necessariamente aquilo que a pessoa está sentindo. Há também o *olhar* que funciona como um indício representativo das emoções do sujeito. Há uma ligação do *olhar* com o *ar* que a fotografia transmite; são dispositivos que o autor deixa a entender não se separarem em suas inúmeras análises.

Ainda sobre o pensamento barthesiano, verificamos também sua aproximação com a noção de poder foucaultiana. Eis alguns fragmentos de seu pronunciamento datado de 7 de janeiro de 1977:

Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra os poderes e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, regerminar no novo estado de coisas. A razão dessa resistência e dessa ubiquidade é que o poder é o parasita de um organismo transsocial, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. (BARTHES, [1977] 1997)

Para Barthes o poder está presente “nos mais finos mecanismos do intercâmbio social”, não deve ser centralizado no Estado, e opera-se por meio de vários grupos e nas diversas instâncias sociais “nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares, etc.” ([1978] 2007, p. 11). Como se percebe, Barthes é interpelado, em certa medida, pelo pensamento foucaultiano. Aliás, ele cita sua amizade com o filósofo nessa conferência. Além disso, é explícito em demonstrar que a língua serve como instrumento ideológico, mais precisamente, de poder: “a língua entra a serviço de um poder” (ibidem, p. 14). Apresenta, também, novos contornos para o conceito de Semiologia: “Chamaria de bom grado ‘Semiologia’ o curso das operações ao longo do qual é possível – quiçá almejado – usar o signo como um véu pintado, ou ainda uma ficção” (p. 39). Evidencia-se, portanto, nessa passagem, a não transparência da linguagem, questão recorrente em Pêcheux na sua propositura da teoria do discurso. Além do mais, discorre, como vislumbramos na penúltima citação, sobre o fato da língua ser um instrumento de coerção, ou em outros termos, uma ferramenta ideológica. Como se observa, assim como tal conceito se desenvolve no viés da AD francesa, a ideologia encontra fulcro em seus escritos e é, a seu modo, uma realidade presente na linguagem.

Enfim, tentamos recuperar, até então, alguns traços do conceito da semiologia barthesiana, em especial partindo do autor de *Elementos de Semiologia*, não para tomarmos-lo, ainda nessa perspectiva mais estruturalista, como sustentáculo principal de nossa base teórica, até porque realizar tal exercício seria uma tarefa no mínimo arriscada –, mas sim visualizar alguns traços constitutivos desse conceito e focar os desenvolvimentos ulteriores do autor, em especial em seus últimos textos. Além disso, sem desprezá-lo, fizemo-lo com o intuito de

---

<sup>8</sup> Eis uma declaração relevante de Barthes que insinua sua aproximação ao campo discursivo. Nesse caso, o corpo (mais especificamente o “ar” transmitido pelo rosto) é tido como suporte de discurso do sujeito.



contrastarmos-lo (o decurso de seu pensamento) com outro movimento, isto é, com o irrompimento da semiologia histórica já inscrita no campo da AD a datar de meados da década de 1980 na França.

É a partir de Carlo Ginzburg que J.J. Courtine desloca a ideia de semiologia (estrutural) para propor uma semiologia histórica. No paradigma indiciário, Ginzburg dá especial atenção aos pequenos traços, aos pormenores em suas análises e por meio dos indícios aparentemente efêmeros de seu objeto (peculiaridades do rosto) que se torna possível identificar a autoria de determinadas pinturas antigas. É a começar desse modelo, bem como de deslocamentos na noção de iconologia de Belting (2006), que Courtine formula uma semiologia histórica, e desse lugar vislumbra seu objeto como uma produção histórico-social, em especial, o corpo, o rosto e a imagem: “A história do rosto representa uma tentativa dessa ordem (da semiologia histórica), uma história do que pôde produzir signo e sentido no rosto e na expressão, durante a idade clássica, na qual as percepções são reconstruídas a partir de uma tradição propriamente semiológica” (COURTINE, 2011, p. 152). E acrescenta:

Eu quero dizer que há necessariamente uma dimensão semiológica nessa antropologia histórica, nessa história cultural ou das sensibilidades [...] à qual eu consagrei, desde então, meu trabalho, a cada vez que nos interrogamos sobre o que produz signo e sentido no campo do olhar, para os indivíduos, num momento histórico determinado, a cada vez que tentamos reconstruir o que eles interpretam daquilo que percebem, mas ainda o que lhes permanece invisível. Provavelmente, a cada vez também que nos interrogamos sobre a historicidade das imagens.

Os trabalhos de Courtine voltam-se desde o decurso da década de 1980 para materialidades não-verbais e enfocam as relações do discurso com a memória, a imagem, o rosto, e o corpo. Para ele, na era da cultura visual, o corpo do homem político é acaso mais importante que a linguagem verbal utilizada por esse sujeito nessa modalidade de discurso. Em outras palavras, Courtine propõe que o discurso político não pode mais ser analisado desvinculado do corpo do *homo politicus*, sendo este um recurso central da representação política (COURTINE, 2003). Aqui está, ao nosso entender, uma perspectiva crucial que deve ser adotada não apenas por analistas do discurso político, mas estendida pela AD como um todo na análise de outros tipos de discurso, de outras materialidades que ganham existência empírica, circulam e se propagam em diversos meios e canais e que demandam uma articulação entre os efeitos de sentido produzidos na conjugação de outras linguagens semiológicas com a verbal.

Assim, em busca por elementos que possam sustentar as diferentes instâncias simbólicas do discurso híbrido veiculado pela mídia na contemporaneidade, acreditamos que esses dispositivos contribuem na formação de um arcabouço teórico que contemple as especificidades de nosso objeto. Eis, portanto, uma contribuição da semiologia histórica: permitir a análise desses pormenores, dos signos, sinais e indícios que são relevantes na comunicação e que não podem ser ignorados pela Análise do/de Discurso em geral, nem tampouco pelo analista em particular. Aliás, “a Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação”; foi essa a afirmação de Orlandi ([1999] 2009, p. 26) outrora sobre a construção de dispositivos de análise e sobre o modo que a AD procura compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos.

Se os trabalhos de Courtine partem da análise do discurso político e se estendem, grosso modo, para o estudo das substâncias da expressão do rosto e do corpo, na esteira de suas reflexões e sem descurar da dimensão simbólica no funcionamento das posturas, feições e gestos que os constituem, ser-nos-á relevante observar a mobilização desses objetos pelo sujeito-enunciador ao tratar sobre seus referentes no espaço fluído de circulação de textos que

é a mídia impressa e verificar as relações de poder estabelecidas tanto no interior dessas materialidades quanto suas articulações com a exterioridade. Portanto, buscaremos contemplar as diversas (e distintas) dimensões semiológicas das materialidades que compõem o *corpus*.

Ora, se circunscritos no campo da AD, enunciar sobre “intencionalidade” do sujeito é um ato arriscado, a Semiologia, por sua vez, abre possibilidade para a análise de índices manipulados (em oposição aos índices puros), cuja manifestação se dá intencionalmente por parte do sujeito para produzir efeitos de sentido específicos, como é o caso do retoque em determinadas fotografias para desviar os sentidos rumo à posição que o sujeito sociohistoricamente constituído ocupa e advoga. Além disso, defendemos a hipótese de que as substâncias entrecruzadas no *corpus*, constitutivas dos enunciados (como é o caso das cores), podem servir como mecanismo de apagamento e realce de certos lexemas, também com o intuito de apontar determinadas direções enunciativas. Enfim, em tempos de infinitas possibilidades técnicas no campo da mídia impressa e por meio dos procedimentos acima elencados, instaura-se a possibilidade de mutações nos materiais e substâncias constitutivos da linguagem verbal e das imagens, em especial sobre essas últimas, nos modos que o rosto e o corpo do *homo politicus*, representação direta do partido a que se filia, são apresentados.

Em relação às substâncias desses discursos, há cores, texturas, luz, sombreamento, preto-e-branco, envelhecimento, no fundo do texto ou da imagem, dentro das fontes dos títulos e subtítulos, ao redor de determinados enunciados. As possibilidades são inúmeras. Não importa ao analista buscar sentidos “ocultos” que as cores possivelmente carregam em determinados detalhes que compõem os textos. Discorrer sobre a observância de cores na AD concerne à sensibilidade analítica envolvida no gesto interpretativo, é considerar a materialidade discursiva em sua amplitude, compreender que essa substância se ensambla aos processos de significação dos discursos, pois aponta para determinados objetos, realça ou explicita certos enunciados, aproxima determinados lexemas que *a priori* se distanciam, ou, até mesmo, “apaga” outros, tornando-os menos expressivos. Quando a página está além do branco regular o analista deve observar a mobilização cromática, pois a mesma certamente aporta sentidos aos textos.

O leiaute, por sua vez, envolve a distribuição espacial dos objetos que compõem a matéria, incluindo, também, as medidas e disposição desses elementos, estejam eles na página ou em qualquer outra superfície que os recebe. Além disso, envolve o planejamento tipográfico e sua organização: o uso de fontes, fotografias, imagens e outras minúcias que o integram. O texto como suporte de discursos não aparece de qualquer jeito, em qualquer lugar, nem tampouco recebe qualquer espaço. Há certa submissão à ordem do discurso. Nessa via, estendendo uma questão levantada por Foucault: *por que determinado enunciado aparece e não outro em seu lugar?*, podemos avançar e perguntar: por que determinado discurso recebe certo espaço e não outro? A simples concessão (bem como organização) espacial dos enunciados no interior do suporte que os sustenta pode não apenas corroborar os efeitos de sentido produzidos pelo verbal *per se*, mas ir além, produzir sentidos outros, fortalecer os efeitos de verdade no interior desses mesmos discursos, bem como servir de estratégia para apreender o olhar do enunciatário.

O fato dos discursos digladiarem por um lugar privilegiado já foi objeto de discussão outrora. Althusser, por exemplo, em uma entrevista concedida ao jornal *L'unité* em 1968, discorre sobre as lutas ideológicas e a batalha que as palavras travam entre si nessa disputa. Para ele, as “palavras lutam entre si como inimigas” (cf. Pêcheux, [1975] 1988, p. 210). Foucault, a seu turno, também discute o fato dos discursos se envolverem em batalhas, se digladiarem: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” ([1971] 1996, p. 10). Sendo assim, como os enunciados se tornam objeto de disputa e digladiam entre si para

ocuparem lugares privilegiados, a ausência de concessão espacial a determinado partido, por parte do sujeito-enunciador, também serve como uma forma de interdição e se liga ao desejo e ao poder. Em outras palavras, os enunciados ocuparão dado espaço segundo a posição sustentada pelo sujeito que deles fizer uso. Nessa perspectiva, o espaço material (em outros canais como o oral, pode ser o espaço temporal) recebido pelos enunciados pertencentes a dada formação discursiva no momento de sua circulação é, ao nosso entender, condicionado pela trama ideológica estabelecida na enunciação e revela-se, em alguma medida, indicativo de relações de poder entre sujeitos envolvidos no discurso. Tais relações devem se confirmar nas regularidades presentes nas materialidades produzidas pelo sujeito.

Retomando Barthes, ao lançar os fundamentos da perspectiva semiológica deixou explícita a indispensabilidade de se observar outros determinantes além daquele que era seu único enfoque (a *relação de sentidos* do signo semiológico). Em outros termos, deixou em aberto a possibilidade (e futura necessidade) de se fazer intervir outros determinantes (psicológicos, sociológicos, físicos) desses objetos: “não devemos, é certo, negar esses outros determinantes, cada um dos quais depende de outra pertinência; mas eles próprios devem ser tratados em termos semiológicos; isto é, seu lugar e sua função devem ser situados no sistema do sentido” (BARTHES, [1964] 2006, p. 103-104). É um convite para se aprofundar no campo da semiologia, não como um sistema dado de antemão, mas segundo o princípio da pertinência em que os objetivos da pesquisa e a seleção do *corpus* partem do pesquisador (ibidem). Do mirante da Análise do Discurso, cabe a nós colocar em questão a problemática do sujeito, da história e da ideologia, do funcionamento simbólico da linguagem que significa, desvela-se ou suscita-nos compreender. É o discurso. Daí caminharmos e trazermos a semiologia histórica como ponto de apoio para a AD. Não que esta última seja inepta para analisá-lo, ao contrário, pela inerente proposta analítica de seu objeto heteróclito que o diálogo com essa perspectiva possibilita o incremento de seus dispositivos. É o ganho teórico. Sendo assim, seguindo nessa perspectiva, no tópico seguinte analisaremos nosso *corpus*.

### **Análise do Corpus**

Neste tópico procederemos à análise pautados no construto teórico da AD francesa, dando ênfase aos elementos constitutivos do aporte teórico anteriormente explicitados. Buscaremos, no exercício analítico, reiteramos, vincular o verbal e o não-verbal (capa e imagens imbricadas às mesmas), bem como observar os efeitos de sentido geridos pelas substâncias entrecruzadas no *corpus*.

Para começar, emerge na capa da edição 2161 da Revista Veja publicada em 17/04/2010, sob o contexto pré-eleitoral para presidência da república em 2010, o rosto de José Serra, em destaque, sorridente, com uma mão apoiada sobre o lado direito de sua face.



Imagem 1

Abaixo, no canto inferior direito da página, há os dizeres:

**SERRA E O BRASIL PÓS-LULA,**

ao lado do candidato, os quais apontam a posição político-partidária ocupada pelo sujeito-enunciador: é o momento PÓS-LULA. Este enunciado produz efeitos de sentido que remetem à ideia de fim do PT e início de uma “nova era”, conseqüentemente, de um novo tempo político. Além disso, o destaque do nome “Serra” com “Pós-Lula” conduz a um apagamento de outros candidatos, isto é, o representante desse novo tempo é “Serra”. Em contrapartida, no canto superior da página, há uma tarja vermelha cuja disposição ocupa, no máximo, cinco por cento da mesma. Dentro desta, há os dizeres:

**ARTIGO – DILMA ROUSSEFF – COMPROMISSO COM O FUTURO**

Merece atenção o fato de que os sintagmas *Serra* e *Pós-Lula* emergem em amarelo, ao passo que *e o Brasil* apresenta-se em branco (uma mesma frase com duas cores). Estes enunciados colocados sobre um fundo preto recebem grande destaque, facilitando a visibilidade e conseqüente leitura – sem considerar a fonte em tamanho grande. Além disso, o a ligação entre os lexemas *Serra* e *Pós-Lula*, recrudescida pela cor amarela que os revestem, aponta efeitos ideológicos que podem ser interpretados mais ou menos assim: “Chegou o tempo de Serra, acabou o tempo de Lula”, ou, em outras palavras, “Chegou o tempo de Serra, acabou o tempo do PT (de Dilma)”. No topo da página, há também, em amarelo o lexema *Artigo* e a expressão nominal *compromisso com o futuro* que, em um exame visual, aproxima tais lexemas, em especial, os dizeres *Compromisso com o Futuro – Serra – Pós-Lula*. Nessa tarja horizontal, disposta na parte superior da capa, o nome *Dilma* em branco sobre o fundo vermelho recebe bem menos destaque que “o amarelo sobre o preto” nas fontes que revestem os enunciados pertencentes ao discurso sobre o candidato peessedebista.

Além disso, há grande impessoalidade na falta de ligação direta entre o nome da candidata e sua assertiva de comprometimento. A frieza verbal se reflete na mobilização cromática: *Artigo – Dilma – Compromisso com o futuro*. A ligação da sequência *compromisso com o futuro* não é com o nome *Dilma*, mas com a palavra *artigo* (ambos estão em amarelo). Por outro lado, o uso do pronome pessoal na primeira pessoa do singular em *Eu me preparei a vida inteira para ser presidente* no discurso direto de Serra, torna esse enunciado ao mesmo tempo pessoal e objetivo – sem falar no destaque da capa, a imagem de seu rosto, e que corrobora essa ideia de pessoalidade (e conseqüente proximidade) do candidato com o enunciatário.

Sobre a imagem, o destaque, como se evidencia, é o rosto do candidato peessedebista. O olhar dirigido diretamente ao enunciatário transmite-lhe confiança. O sorriso demonstra amabilidade e ternura. Sobre o gestual, o rosto apoiado sobre a palma da mão parece reforçar a ideia de amabilidade (no auto-contato), ao passo que o terno, em contraste com essa atitude mitigada, impede a formalidade de se desvanecer. Enfim, como diz Barthes, o “ar” da fotografia, ou melhor, do político fotografado é de um candidato mais do que preparado; é sim sereno, simpático, dócil. Como diz Courtine, o discurso não é o texto, é mais do que o texto, sendo que a expressão pela linguagem conjuga-se com aquela do rosto (2011). Diante dessa afirmação, no verbal, enuncia-se:

Eu me preparei a vida inteira para ser presidente,

Essa declaração mostra a que veio Serra e evidencia sua preparação de antemão, ou melhor, de longa data, e torna mais sólida a imagem de habilitação do candidato. Por outro lado, realizando a análise da mesma materialidade sob outro enfoque, isto é, em relação à espacialidade da mesma, observamos, em relação à capa, que contrastando o que se concede ao PSDB e ao PT, o primeiro recebe praticamente 95% do espaço da capa em detrimento do segundo. Essa mobilização não parece apontar para uma mera “escolha temática” por parte do sujeito, mas sim, ser um reflexo de sua posição-sujeito que se confirma no interior da revista: são treze páginas de enaltecimento a Serra contra três a respeito de Dilma. Ainda sim, não há uma linha sequer dedicada ao PV (tal matéria foi publicada em 17/04/2010, período em que os três partidos já haviam decidido seus candidatos à presidência). O sujeito, em posição “informativa”, tenta produzir um efeito de “neutralidade”, apagar os efeitos ideológicos de seus dizeres, ocultar sua predileção partidária ao propor discursos favoráveis tanto ao PSDB quanto ao PT, fato que podemos afirmar não se sustentar nem aqui, nem nas regularidades observadas em outra pesquisa de nossa autoria sobre o mesmo veículo midiático (MARQUES, 2011). É justamente por meio do leiaute, mais especificamente na ampla desigualdade entre o *espaço* concedido ao PSDB e aquele dado ao PT que se compreende qual a sua predileção. Por isso, a tentativa de “neutralidade”, ou melhor, de um “favorecimento igualitário” com um suposto discurso “pró-PT” não se sustenta.

Os supostos discursos pró-PT, nesta edição de Veja, servem como estratégia discursiva para cancelar o discurso pró-peesedebista e, de tal sorte, “amenizar” os efeitos negativos que sua tomada de posição político-partidária poderia acarretar aos olhos do enunciatário. Em outras palavras, a emergência desse suposto discurso (favorável ao PT) é apenas uma técnica de poder; tal mobilização ocorre em benefício próprio, isto é, o de sustentar o simulacro de um *ethos* discursivo de veículo informativo confiável e “neutro” e que funciona como forma de permissão e obediência a certa ordem do discurso, quer seja o de outorgar o *espaço* e “elogiar à vontade” o partido de seu interesse. Se o sujeito da AD não tem a “intenção” de produzir um discurso, neste, evidencia-se aquilo que faz parte de seu esquecimento: uma imparcialidade mal camuflada.

O que tentamos sustentar nessa análise é o fato da diagramação, incluindo o espaço material que o artigo ocupa, refletir relações de poder. A este respeito, se o sujeito a eles outorga dado “espaço” em uma proposta de, no mínimo, informar sobre os planos de cada partido, é exatamente por meio do leiaute, ou seja, do espaço diagramático de que se serve, que se vislumbra o quinhão de cada um. Sobre o PV, seu apagamento também produz efeitos de sentido que apontam, sob o prisma do sujeito-enunciador, para uma sua impossibilidade de vitória nas urnas.

Embora tal problemática (da proporção espacial) não se revele transparente no discurso do sujeito, ela é, não nos esqueçamos, condição *sine qua nom* para que esses discursos circulem no veículo midiático.

Ademais, se considerarmos as condições de produção em um contexto mais amplo, percebemos que o “Brasil Pós-Lula” demanda um candidato. Assim, diferentemente de uma leitura homóloga, ao contrário, na fusão de sentidos que perpassam esses objetos, fusão essa possibilitada pela perspectiva semiológica histórica, a junção do rosto do candidato com “suas palavras” parecem produzir os efeitos necessários para preencher essa lacuna. Dito de outro modo, o enunciador apresenta uma boa opção de candidato, deste que “se preparou a vida inteira para ser presidente” para ocupar esse espaço em aberto no *Brasil Pós-Lula*.



Imagem 2

A matéria dentro da revista apresenta o título:

Com a casa em ordem, Serra vai à luta

na página esquerda em fonte grande, preta sobre o branco e em caixa alta, ao passo que na página direita há uma imagem de Serra, muito bem vestido, sentado confortavelmente em (provavelmente) sua biblioteca. Nesse espaço, há organização dos móveis: cada livro disposto nas prateleiras intervaladas. A ideia de ordem enunciada no verbal se soma à organização visível que ladeia o candidato peessedebista. Assim, como os objetos significam socio-culturalmente e são, no dizer de Barthes ([1962] 1990), indutores de associações de ideias, a biblioteca, nesse espaço enunciativo, aponta para a intelectualidade e erudição ou, em outras palavras, para a produção discursiva de um candidato bem preparado. O enfoque do enunciador não é na luta, mas, paradoxalmente, na *paz* (como se evidencia na legenda da imagem – “em paz”) que se exprime na *ordem* (na organização) e denota sua preparação para a querela. Por conseguinte, ele não está indo à luta (à disputa presidencial) de qualquer jeito. Ademais, essa ideia de preparação é importante no contexto político do momento, pois o PSDB acaba de enfrentar um problema interno que é a disputa interna entre dois pré-candidatos, José Serra contra Aécio Neves. Sendo assim, se diante dessa situação pode haver rumores de desordem partidária, no que cabe a Serra, a partir do discurso do sujeito-enunciador, *a casa [está] em ordem*.

É válido destacar a postura do candidato: a leitura atenta, ou melhor, sua atitude compenetrada, a perna cruzada, o livro colocado sobre o colo que somados à sua vestimenta: o uso dos óculos, a camisa de gola alta sob o pulôver preto, a calça de linho e os sapatos pretos bem lustrados se ensamblam e reforçam a ideia de erudição. Essas observações são relevantes no sentido de se destacar sobre a diferença entre a imagem montada e a não montada (bem como suas mobilizações por parte da mídia impressa) e os efeitos ideológicos que derivam daí.

Nesta fotografia (da imagem 2), há uma segunda pessoa no mesmo espaço – o fotógrafo –, que é ignorado pelo candidato justamente por ser uma montagem, provavelmente com fins propagandísticos (e mesmo se não o fosse, tornou-se). O candidato sabe que tem uma 2ª pessoa ao seu lado, mas a ignora, pois o que se propõe é transmitir esse “ar”, produzir o efeito de naturalidade que emana de sua pose nesse espaço discursivo. A partir dessas observações, proposta pela AD, e trazendo as contribuições da semiologia, compreendemos que essa fotografia é, portanto, repleta de índices manipulados (aparentemente não intencionais), que funcionam com o intuito de influenciar outrem. Só para contrastar, veremos mais adiante uma



imagem de Dilma (número 4), retratada em uma situação natural (em uma campanha ou talvez em meio a um comício, etc.), em uma fotografia não-montada<sup>9</sup> cujos sentidos são, certamente, conduzidos para outra direção.



Imagem 3

Em tempos de novas configurações no discurso político, dentre as quais a docilidade do sujeito político (COURTINE, 2010), chama-nos atenção em (3) a imagem centralizada, em destaque, ocupando boa parte das duas páginas da revista. Nessa, Serra está beijando a face de Aécio Neves. Como pontuamos anteriormente, a maior batalha do candidato, conforme circulou na imprensa, foi travada dentro do próprio partido até então. Os brasileiros acompanharam por meses os embates em relação ao nome que a legenda levaria para a disputa presidencial, pois Aécio não queria abrir mão da candidatura em hipótese alguma. É a partir desse contexto que somos colocados diante do exato momento do acontecimento, o qual eterniza o gesto e apaga os renhidos meses anteriores a esse momento, bem como uma possível insatisfação por parte do governador mineiro e seus seguidores. Por conseguinte, o ósculo funciona, nesse discurso, como o sinal do acordo, significando não somente que a maior luta acabou, mas também que se inicia uma nova caminhada.

Depois de unificar o PSDB em torno de sua candidatura, José Serra começa a pavimentar o caminho rumo ao seu objetivo: liderar o Brasil na era pós-Lula.

Feitas essas considerações, reiteramos que não apenas o beijo, mas também o *abraço agarrado* são significantes da “unidade” partidária interna. Ademais, o enunciado *Ninho de amor*, título da legenda da mesma imagem, soaria até irônico em um contexto tão acirrado. O que o enunciador propõe é que diferentemente dos anos anteriores, das disputas anteriores que *causavam fraturas* e *custavam a cicatrizar*, dessa vez a situação no interior do partido é outra, aliás, foi *Aécio o autor do discurso mais inflamado do dia em defesa do candidato*.

<sup>9</sup> É válido destacar que referimo-nos sobre a montagem (do personagem, do ambiente) *in loco*, no momento de tirar a foto, que é sempre consentida e que, conseqüentemente, apresenta índices manipulados. Há uma forma diferente de montagem, que é o retoque, feito após a revelação da foto (inserção de uma ilustração ou objeto na imagem, elisão de um fundo, etc.) utilizando-se da tecnologia visual. Sobre essa última, ela é geralmente não-consentida.

Depois de passar pelo governo Fernando Henrique, pela prefeitura e pelo governo de São Paulo, ele é hoje reconhecido por seus pares como o mais preparado entre os tucanos para enfrentar o desafio de presidir o país.

Enfim, nesse fragmento, evidencia-se a trajetória do candidato, e reforça-se, portanto, sua capacitação para o exercício do almejado cargo. Não apenas *Aécio abriu-lhe passagem*, mas todo o partido, pois ele é *hoje reconhecido por seus pares como o mais preparado entre os tucanos para enfrentar o desafio de presidir o país*. Há, desse modo, o endosso por parte de seus colegas para assumir o poder. Em nenhum momento o sujeito modaliza seus dizeres com o uso, por exemplo, do futuro do pretérito ou de termos modalizadores (talvez, pode ser, espera-se...), mas os enunciados já emergem de uma posição de anuência ao candidato.



Imagem 4

Nesse espaço enunciativo (imagem 4), o sujeito-enunciador apresenta as duas primeiras páginas da matéria sobre Dilma Rousseff, cuja construção se inicia, na primeira página, com uma candidata acenando para seu possível eleitorado. Considerando a pertinência de que “o verbo *não pode mais* ser dissociado do corpo e do gesto<sup>10</sup>” (COURTINE, 2006, p. 56-57, grifo nosso) algumas considerações acerca dessa imagem merecem atenção.

Primeiramente, se o candidato peessedebista se apresenta (ou melhor, é apresentado) como preparado e *pronto* para o almejado cargo, em contrapartida a referida candidata se mostra cansada e com um semblante de fragilidade. O aspecto de Dilma (não esperado de um candidato à presidência da República) se evidencia nos dispositivos corporais: na postura ligeiramente inclinada, na exposição dos braços flácidos, no sorriso pálido, e na peruca cor vermelha-acaju, que relembra ao enunciatário o recente estado de fragilidade pela qual a candidata passou<sup>11</sup>. Como postula Barthes ([1962] 1990) em relação à pose na fotografia da mídia impressa, a mesma se insere em um repertório de poses historicamente significativas e remete a conceitos construídos culturalmente. A imagem da candidata apresenta um “ar” (cf. Barthes) de fragilidade e cansaço, inviáveis por parte de um político em plena disputa por um cargo que exige considerável fôlego.

<sup>10</sup> Courtine trata especificamente nessa passagem sobre o corpo do *homo politicus* nessa modalidade específica de discurso (o discurso político). Acreditamos, e por extensão tomamos como princípio nesse trabalho, que a imagem do *homo politicus* veiculada no discurso midiático deve ser também analisada como suporte discursivo. Indubitavelmente, a análise de dispositivos corporais (rostos, gestos) evidencia as relações de poder entre o sujeito-enunciador e seu(s) referente(s).

<sup>11</sup> Referimo-nos à luta da candidata contra um linfoma no ano anterior.



Sobre o verbal, o título da matéria evidencia dada impessoalidade em relação ao atributo “*compromisso*” com o futuro. Isso se efetua a partir dessa oração nominal sem sujeito e contrasta com os dizeres diretos e pessoais *Serra e o Brasil Pós-Lula*, materializados na capa, e *Com a casa em ordem*, *Serra vai à luta*, evidenciados na análise dos outros enunciados anteriormente elencados. Em termos substanciais no que tange ao discurso verbal, o texto sobre Serra é mais biográfico, pessoal ao passo que o texto sobre Dilma enfatiza o futuro da nação, é distante e totalmente impessoal.

Essa impessoalidade reflete o discurso que aflui na materialidade verbal e que discorre não sobre algum plano do PT, nem tampouco sobre Dilma, mas sim sobre duas possibilidades que se colocam diante do futuro do país: *manter a rota virtuosa* ou *retroceder aos passos lentos e sofríveis de duas décadas anteriores*. Se o artigo é completamente indireto, pois não há descrição sobre algum plano partidário petista, conforme assinalamos, a possibilidade de um retrocesso econômico, por sua vez, é tida como plausível. Aliás, mais do que isso, o não-dito do segundo enunciado (acima explicitado) parece ecoar a possibilidade de um retorno ao regime ditatorial militar então vigente no país. Isso se reforça com a coloração vermelha que ambienta a página e as fontes centrais, bem como a recorrência de determinados lexemas, tais como *revolução* e *guerra*, alusivos a tal contexto.

## À Guisa de Considerações Finais

Na busca por sustentar as diferentes instâncias simbólicas do discurso híbrido veiculado pela mídia na contemporaneidade, trazemos para a Análise de Discurso de linha francesa com fulcro em Michel Pêcheux e Michel Foucault, contribuições advindas, em especial, da semiologia e da semiologia histórica, particularmente envolvendo-se para Roland Barthes e Jean-Jacques Courtine. De tal modo, como ponto de partida, voltamo-nos para essa ciência que estuda não somente os signos, mas também os sinais e indícios de diversas ordens no seio da vida social.

Percebemos, mais do que isso, ser preciso tomar como sustentáculo uma teoria que contemple a espessura histórica do signo semiológico ou, em outros termos, que rompa com uma semiologia pautada no estruturalismo saussuriano (cf. BARTHES, [1964] 2006). Nessa direção, trouxemos uma proposta já utilizada por nós), e adotada também por outros grupos de pesquisa no Brasil, quer seja, reiteramos, a proposta da Semiologia histórica nos moldes de J.J. Courtine ([1985] 1986), concatenando-a a elementos apresentados por Barthes em suas pesquisas sobre a imagem e cujos traços se aproximam, de certo modo, de reflexões que servem de base para a teoria do discurso. Essa proposta semiológica parece-nos dar sustentação para a complexa articulação do linguístico (texto verbal) e semiológico (imagens do corpo, rosto, gestos, etc.) com suas substâncias (cores, por exemplo), e formas (diagramação, tamanho) sem desconsiderar seu atravessamento histórico e efeitos de memória agregados e resultantes dessa junção.

Como afirmamos, não se analisa imagem, diagramação e cores isoladamente, isto é, desvinculadas de outros objetos também constitutivos da materialidade. As análises só podem ser adequadamente realizadas, ao nosso entender, lançando mão da perspectiva aqui adotada. Assim, no artigo *Serra e o Brasil Pós-Lula* verificamos que na capa da revista o nome *Serra* é “ladeado” por *Compromisso com o futuro* na parte superior da página, e *Pós-Lula* na parte inferior em fontes amarelas sobre uma superfície (da capa) cuja tonalidade escura (especialmente o preto) ao fundo permite-lhes receber maior destaque. Por meio dessa mobilização de cores, há uma aproximação desses enunciados verbais e concomitante orientação do olhar leitor, produzindo efeitos de sentido específicos.

Constatamos, também, uma regularidade na utilização de imagens com dimensões maiores (que ocupam toda a página, ou, no mínimo, metade da mesma). Isso foi verificado em todas as fotos analisadas desse artigo. Além disso, ainda sobre o visual, vislumbramos as relações discursivas se instaurarem por meio de fotografias que exploram predominantemente o rosto e o corpo do *homo politicus*. Chamou-nos atenção o fato de como o sujeito-enunciador apresenta o corpo dos avatares políticos, representantes de cada partido, de modos bem distintos, remetendo-os a lugares cujos sentidos são construídos sociohistoricamente, tal como a fotografia *montada* de Serra (em um simulacro de naturalidade, bem vestido, em sua biblioteca) e a *não-montada* de Dilma (em uma postura meio encurvada outorgando-lhe um aspecto de cansaço).

Para concluir, portanto, o sujeito-enunciador, de sua posição privilegiada, seleciona imagens que priorizam o rosto e corpo dos candidatos e que somados a outras estratégias discursivo-textuais, sem olvidar certamente dos poderes que lhes são decorrentes, induzem o olhar do enunciatário para que o mesmo decifre os gestos, expressões e intentos eternizados pela imagem estática. Sem desprezar outros elementos constitutivos da materialidade, são esses indícios presentes nessas expressões que solicitam à AD o diálogo com a semiologia histórica para, nessa articulação, incrementar seus dispositivos de interpretação.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. [1980]. *A Câmara clara – nota sobre a fotografia*. Trad. de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984. 185 p.

\_\_\_\_\_. [1962]. *A mensagem fotográfica*. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da Cultura de Massa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (p. 303-316), 1990.

\_\_\_\_\_. [1954]. *Michelet*. São Paulo: Companhia das letras, 1991. 204 p.

\_\_\_\_\_. [1971]. *Ao leitor brasileiro*. In: *Elementos de Semiologia*. Trad. De Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. [1964]. *Elementos de Semiologia*. Trad. De Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. [1978]. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. 13 ed. São Paulo: Cultrix, 2007. 95 p.

\_\_\_\_\_. [1957]. *Mitologias*. Trad. Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 5ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010. 258 p.

BELTING, Hans. *Imagem, Mídia e Corpo: uma nova abordagem à Iconologia*. *Ghrebh*. Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia, no. 08. São Paulo: PUC-SP, junho 2006.

CHARTIER, Roger. [2005]. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, século XI-XVIII*. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2007. 335 p.

CORBAIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. *História do corpo*. As mutações do olhar: século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político*. Derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2006. 157 p.

\_\_\_\_\_. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia – a cultura do espetáculo*. São Carlos: Editora Claraluz, 2003. p. 21-34.

\_\_\_\_\_. Discurso, história e arqueologia – entrevista com Jean-Jacques Courtine. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina. *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 17-30.

\_\_\_\_\_. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Orgs.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos, Editora Claraluz, 2011. p. 145-162.

\_\_\_\_\_; HAROCHE, Claudine. [1985]. O homem desfigurado – Semiologia e antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. *Revista brasileira de história*. São Paulo: Marco Zero, vol. 7, nº 13, p. 7-32, 1986.

FOUCAULT, Michel. [1982]. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. p. 229-249.

\_\_\_\_\_. [1973]. *Isto não é um cachimbo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1989. 86 p.

\_\_\_\_\_. [1969]. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995. 239 p.

\_\_\_\_\_. [1971]. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 79 p.

\_\_\_\_\_. [1972]. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 407 p.

\_\_\_\_\_. [1979]. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. 296 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Orgs.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos, Editora Claraluz, 2011. p. 83-105.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 238 p.

MARQUES, Welisson. *Mensalão e crise política: o discurso de Veja ao significar o Partido dos Trabalhadores*. Curitiba: Appris, 2011. 155 p.

MARX, Karl. [1848]. *Manifesto Comunista*. Organização e Introdução Osvaldo Coggiola [tradução do manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings]. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. 271 p.

ORLANDI, Eni. [1999]. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. 8ª edição, Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcineli Orlandi *et al.* Campinas: EDUNICAMP, 1988. 317 p.

\_\_\_\_\_. [1969]. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: EDUNICAMP, 1990. p. 311-318.

\_\_\_\_\_. [1983]. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. [1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002. 68 p.

\_\_\_\_\_. [1981]. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdufScar, 2009. p. 21-26.

PIOVEZANI, Carlos. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 367 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1971. 279 p.

VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009. 154 p.